



# DIREITO PENAL



Estratégia  
OAB

# SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

## DIREITO PENAL

### PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Ciro Carlos, nascido em 4 de julho de 2008, primário, estudante, foi denunciado pelo promotor de justiça da 1ª Vara Criminal da Comarca de Flores, Estado do Campo Belo, nos termos do artigo 155, “*caput*”, do CP. A denúncia descreve que no dia 10 de junho de 2025, em cumprimento a mandado de busca e apreensão, investigadores de polícia localizaram no interior da residência de Giro, um telefone celular antigo, avaliado em R\$ 78,00 reais, furtado por Giro Carlos em 12 de maio de 2025. Em seu depoimento no auto de prisão em flagrante, Giro confessou a subtração e informou que precisava do telefone para procurar emprego, pois a sua avó estava passando por problemas de saúde por falta de medicamentos e apresentou o nome de 3 pessoas que confirmaram as informações relevantes sobre os fatos por ele apresentados. A acusação deixou de propor acordo de não persecução penal pela desídia do acusado em procurar emprego sem furtar as pessoas, o que denota personalidade voltada para o crime. O juiz competente recebeu a denúncia em 09/07/2025, determinando a citação do réu, a qual foi pessoalmente efetivada no dia 12/07/2025 (sábado). Diante da hipótese, redija, na qualidade de advogado constituído pelo acusado, a peça processual pertinente à defesa de seu cliente, datando-a no último dia do prazo. Em seu texto, não crie fatos novos, inclua fundamentação legal e jurídica e explore todas as teses defensivas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 01

Luiz, 22 anos de idade, primário, sem antecedentes criminais, foi denunciado por ter subtraído um pino de cobre da linha férrea avaliado por laudo em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). No seu interrogatório judicial, Luiz confessou a prática do delito. Ao final, foi condenado à pena de 3 (três) anos de reclusão, em regime aberto. Com base somente nas informações que constam no enunciado, responda fundamentadamente:

- A) Existe causa de diminuição de pena aplicável ao caso concreto? Fundamente e justifique sua resposta.
- B) Qual é a medida cabível a ser adotada pela defesa do réu? Fundamente e justifique sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 02

Na fase do “judicium causae”, o representante do Parquet pugnou pelo desaforamento do julgamento do réu diante de provável ausência de imparcialidade dos jurados do 1º Tribunal do Júri da Comarca de Campinas. No julgamento do pedido, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, por votação unânime, sem ouvir a defesa, acolheu o pedido e determinou que o julgamento fosse realizado pelo 2º Tribunal do Júri da mesma Comarca. Considerando a situação hipotética apresentada e com base somente nos dados apresentados pelo enunciado responda de forma fundamentada:

A) Qual a tese de direito processual penal poderá ser alegada pela defesa do réu, em eventual recurso? Fundamente sua resposta.

B) Correta a decisão do Tribunal que determinou o desaforamento do julgamento para a mesma comarca, mas para outra Vara do Tribunal do júri? Fundamente sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 03

Alexandre foi denunciado por porte de drogas para consumo pessoal (art. 28 da Lei 11.343/06) por ter importado 20 comprimidos do Ecstasy ou MDMA (Molly) para consumo pessoal. Por força da reincidência específica, não obteve nenhum benefício processual. Após regular instrução (art. 81 da Lei 9.099/95), a prova dos autos acaba por demonstrar a responsabilidade de Alexandre pelos fatos narrados na inicial acusatória. O Ministério Público pede, nos debates orais, a condenação nos termos da denúncia, ao passo que a defesa pugna, no mérito, pela absolvição por falta de provas. O juiz chamou o processo à conclusão e, 10 dias depois, a sentença foi publicada. O juiz alterou a capitulação jurídica do art. 28 para o art. 33 da Lei de Drogas, sem mudar os fatos. Alexandre foi condenado à 6 anos de reclusão no regime semiaberto como traficante internacional de drogas.

Com base na situação acima narrada, responda fundamentadamente:

- A) É possível a interposição de algum recurso, ante a decisão proferida pelo juiz? Se sim, qual? Fundamente.
- B) Agiu corretamente o magistrado ao trocar a capitulação do delito sem baixar os autos ao MP para aditamento da denúncia? Justifique.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 04

Maria Alice Pantera foi flagrada na Orla da Barra da Tijuca fumando um cigarro de maconha na frente de seus filhos. Horrorizado com a cena, a Polícia Militar dá voz de prisão para a mãe e a conduz até a delegacia de polícia, deixando as crianças com o pai delas. Perante a delegada da cidade, Maria Alice confirma que fuma maconha todos os dias, por ser usuária, e que isso não interfere nos seus deveres como mãe. A delegada opta por lavrar o auto de prisão em flagrante e manter Maria Alice Pantera presa até a audiência de custódia no próximo dia. Na audiência do art. 310 do CPP, o juiz das garantias converte o flagrante em preventiva alegando risco à ordem pública, pois a soltura da custodiada colocaria seus filhos em contato com drogas ilícitas. Impetrado habeas corpus perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a ordem foi denegada, mantendo-se a prisão da acusada. Você na qualidade de advogado(a) de Maria Alice Pantera é procurado(a) pela família para conseguir a soltura da presa. Diante do caso narrado e com base somente nas informações fornecidas pelo enunciado, responda de forma fundamentada:

- A) É possível a adoção de alguma medida processual? Fundamente e justifique sua resposta
- B) O que poderia ser alegado em eventual medida a ser adotada, para reverter a prisão?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

